



ITUMBIARA – GO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA -
GOIÁS - GO**

**AGENTE DE APOIO AO
DOCENTE**

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2025

**CÓD: OP-063JN-25
7908403568314**

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados	9
2. Interpretação de textos.....	10
3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	17
4. Gramática normativa	18
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	19
6. Mecanismos de coesão e coerência	20
7. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva	21
8. Tipos de argumento	21
9. Análise morfosintática; Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração ; Processo de formação de palavras; Classificação gramatical	23
10. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa	34
11. Concordância verbal e nominal	35
12. Regência verbal e nominal.....	37
13. Colocação pronominal	38

Matemática

1. Conjuntos numéricos. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica	45
2. Divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos.....	54
3. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos	56
4. Noções de Matemática Financeira: razão, proporção, porcentagem, juros simples e compostos	59
5. Equações e inequações.....	65
6. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial e modulares	68
7. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica.....	76
8. Noções de Estatística. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda. Medidas de dispersão: variância, desvio padrão e coeficiente de variação	78
9. Trigonometria: ângulos: trigonometria no triângulo retângulo e propriedades das funções trigonométricas	83
10. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro, áreas	84
11. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas, volumes	87

Atualidades E História, Geografia E Conhecimentos Gerais De Goiás E De Itumbiara

1. Temas relevantes em evidência no Brasil e no mundo e suas conexões com o contexto histórico atual	95
2. Pobreza e fome	95
3. Mundo do trabalho.....	97
4. Saúde, surtos e epidemias	99
5. Questões atuais do meio ambiente e desastres ambientais.....	101

6. Arte e cultura	105
7. Goiás: a colonização e a época mineradora	106
8. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo; Natureza	112
9. cultura e turismo em Goiás.....	114
10. Aspectos histórico-geográficos de Itumbiara-GO	118

Noções de Informática

1. Família de sistemas operacionais Microsoft Windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado; Configurações e Painel de Controle, abrangendo a Solução de Problemas; Aplicativos pertencentes ao Windows (Bloco de Notas, Paint, WordPad e Mapa de Caracteres).....	121
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	147
3. Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão	149
4. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos	150
5. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip.....	151
6. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	152
7. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos)	153
8. Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos, inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas.....	156
9. Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos e efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato PDF)	159
10. Navegadores de Internet, serviços de busca na Web e uso do correio eletrônico. Navegação e exibição de sítios da Web. Gerenciamento das configurações dos principais navegadores para a Internet.....	162
11. Serviços de correio eletrônico	171

Legislação

1. Ética no Setor Público	181
2. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações	184
3. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).....	193
4. Acesso à informação: Lei nº 12.527/2011	199
5. Decreto nº 7.724/2012	206
6. Decreto nº 9.830/2019	216
7. Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988: Direitos e Garantias Fundamentais; Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; da Organização do Estado: união, estados, municípios, Distrito Federal e territórios; da Administração Pública: dos servidores públicos; da Organização dos Poderes	219
8. Princípios de Direito Administrativo	272
9. Atos Administrativos: elementos e atributos.....	277
10. Agentes públicos: agentes políticos e servidores públicos	288

Conhecimentos Específicos

Agente de Apoio ao Docente

1. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	329
2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	331
3. O processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança	332
4. Teorias e Práticas Pedagógicas na Educação Infantil.....	335
5. Fases do desenvolvimento infantil (0 a 6 anos)	337
6. Inclusão e diversidade na educação infantil	343
7. Planejamento, Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico em creches e pré-escolas	345
8. A função social do ensino: os objetivos educacionais, os conteúdos de aprendizagem.....	347
9. A pluralidade cultural no cotidiano escolar	349
10. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 (ECA) e suas alterações	351
11. Afetividade e construção de vínculos na Educação Infantil	391
12. O papel das interações e brincadeiras na Educação Infantil	393
13. Especificidades no cuidado e na educação das crianças de 0 a 6 anos.....	394
14. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996: prerrogativas e alterações para a Educação Infantil....	396
15. Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214)	415

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

— Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada

em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

— Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

— Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negroiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo

de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

— Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

ATUALIDADES E HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DE GOIÁS E DE ITUMBIARA

TEMAS RELEVANTES EM EVIDÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO E SUAS CONEXÕES COM O CONTEXTO HISTÓRICO ATUAL

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

POBREZA E FOME

A pobreza e a fome são dois dos desafios humanitários mais urgentes e persistentes enfrentados pela sociedade global. Ambos os fenômenos estão interligados e resultam de uma complexa rede de fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais. A pobreza, caracterizada pela falta de recursos financeiros e pelo acesso limitado a bens e serviços essenciais, afeta milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. A fome, por sua vez, é uma das consequências mais graves da pobreza, manifestando-se na forma de desnutrição e insegurança alimentar severa. Embora a fome possa ser causada por desastres naturais, guerras e crises econômicas, ela está frequentemente associada a condições de pobreza estrutural e desigualdade social.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que bilhões de pessoas vivem em situação de pobreza ao redor do mundo, sendo que uma parcela significativa enfrenta dificuldades extremas para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e acesso a água potável. A fome, que atinge milhões de indivíduos todos os anos, não se limita apenas à falta de alimentos, mas também à deficiência de nutrientes essenciais para o desenvolvimento físico e mental adequado. Esse problema afeta, de forma desproporcional, grupos vulneráveis, como crianças, idosos e populações de regiões rurais e periféricas.

Os fatores que contribuem para a perpetuação da pobreza e da fome são variados e incluem desde a distribuição desigual de renda até a falta de infraestrutura adequada em comunidades marginalizadas. A baixa escolaridade e a falta de acesso a oportunidades de emprego de qualidade dificultam a ascensão social de famílias inteiras, criando um ciclo intergeracional de pobreza. Além disso, conflitos armados e crises políticas podem agravar a insegurança alimentar, forçando populações inteiras ao deslocamento e dificultando a produção e a distribuição de alimentos.

Diante desse cenário, organizações internacionais, governos e a sociedade civil desenvolvem estratégias para combater a pobreza e a fome, promovendo políticas de segurança alimentar,

programas de transferência de renda e iniciativas voltadas para a geração de emprego e renda. No entanto, apesar dos avanços alcançados em algumas regiões, a erradicação desses problemas ainda exige um esforço coordenado e global. É necessário compreender as raízes da pobreza e seus impactos diretos e indiretos na fome para que medidas eficazes sejam implementadas. Nos próximos tópicos, serão exploradas as causas estruturais desses problemas e as estratégias adotadas para mitigá-los.

Causas Estruturais da Pobreza e da Fome

A pobreza e a fome são fenômenos complexos e multifatoriais, resultantes de uma combinação de fatores estruturais que limitam o acesso de milhões de pessoas a condições dignas de vida. Entre as principais causas da pobreza estão a desigualdade econômica, a falta de acesso à educação e ao emprego, a concentração de riqueza, a instabilidade política e os impactos ambientais. A fome, por sua vez, está diretamente relacionada à pobreza, mas também sofre influência de questões como a produção e distribuição de alimentos, mudanças climáticas e crises humanitárias. A compreensão dessas causas é essencial para o desenvolvimento de políticas eficazes que combatam esses problemas de forma sustentável.

A desigualdade econômica é uma das principais razões que perpetuam a pobreza. Em muitas sociedades, a distribuição de renda é extremamente concentrada, resultando em uma grande parcela da população sem acesso a recursos básicos. A falta de políticas públicas eficientes para redistribuir a riqueza e proporcionar oportunidades iguais para todos contribui para que milhões de pessoas permaneçam presas ao ciclo da pobreza. Além disso, a escassez de empregos formais e a informalidade no mercado de trabalho fazem com que muitas famílias tenham rendimentos insuficientes para suprir suas necessidades, tornando a insegurança alimentar uma realidade cotidiana.

A educação é outro fator determinante na perpetuação da pobreza. O acesso limitado à educação de qualidade impede que indivíduos desenvolvam habilidades e competências necessárias para conseguir empregos bem remunerados. Em diversas regiões do mundo, crianças e jovens de famílias pobres enfrentam dificuldades para frequentar a escola devido à necessidade de trabalhar desde cedo para complementar a renda familiar. Essa situação gera um ciclo intergeracional, no qual a pobreza se perpetua, uma vez que a falta de qualificação profissional reduz as chances de ascensão social.

Além dos fatores econômicos e educacionais, a instabilidade política e os conflitos armados são causas significativas da pobreza e da fome. Regiões afetadas por guerras ou crises políticas frequentemente sofrem com a destruição de infraestruturas essenciais, como hospitais, escolas e redes de abastecimento de alimentos. O deslocamento forçado de populações devido a conflitos também agrava a situação, pois impede que as pessoas tenham acesso a trabalho, educação e alimentos. Nesses cenários, a fome se torna uma ameaça constante, uma vez que a produção agrícola pode ser comprometida e a ajuda humanitária pode ser insuficiente para atender a todas as necessidades.

As mudanças climáticas e os desastres naturais também desempenham um papel importante no agravamento da pobreza e da fome. A desertificação, o aumento da frequência de secas e enchentes e a degradação do solo reduzem a capacidade de produção agrícola em muitas regiões, afetando diretamente a

segurança alimentar das populações. Pequenos agricultores, que dependem da agricultura de subsistência, são os mais afetados por essas mudanças, pois não possuem recursos para investir em tecnologias agrícolas mais resilientes. A instabilidade climática, aliada à falta de acesso a recursos financeiros e assistência técnica, contribui para o aumento da vulnerabilidade dessas populações.

A compreensão dessas causas estruturais mostra que a pobreza e a fome não são apenas problemas individuais, mas sim desafios sistêmicos que exigem soluções coordenadas e abrangentes. O enfrentamento desses problemas requer políticas públicas eficazes, investimentos em educação e geração de emprego, além de estratégias para mitigar os impactos ambientais e promover a paz e a estabilidade política. No próximo tópico, serão abordadas as principais estratégias adotadas por governos, organizações internacionais e a sociedade civil para combater a pobreza e a fome em diferentes partes do mundo.

Estratégias para o Combate à Pobreza e à Fome

A erradicação da pobreza e da fome exige ações coordenadas e políticas públicas eficazes que enfrentem as causas estruturais desses problemas. Governos, organizações internacionais e a sociedade civil desempenham papéis fundamentais na implementação de estratégias voltadas para a redução das desigualdades e a garantia do acesso a recursos essenciais. Entre as principais abordagens adotadas estão os programas de transferência de renda, o investimento em educação e qualificação profissional, o fortalecimento da segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e a promoção da inclusão social e econômica.

Os programas de transferência de renda têm sido amplamente utilizados como uma estratégia eficaz para reduzir a pobreza extrema. Esses programas fornecem assistência financeira direta a famílias de baixa renda, garantindo que tenham acesso a alimentos, moradia e serviços básicos. Em diversos países, iniciativas como o Bolsa Família no Brasil, o Programa Oportunidades no México e o SNAP (Supplemental Nutrition Assistance Program) nos Estados Unidos demonstraram impactos positivos na melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Além de fornecer alívio imediato, esses programas muitas vezes incluem condicionalidades, como a exigência de que crianças frequentem a escola e recebam acompanhamento médico, promovendo um ciclo de desenvolvimento sustentável.

O investimento em educação e qualificação profissional também desempenha um papel essencial na redução da pobreza. Garantir que crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade é fundamental para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Além disso, programas de capacitação profissional voltados para adultos em situação de vulnerabilidade podem ampliar suas oportunidades de emprego, permitindo maior inclusão no mercado de trabalho formal. Políticas que incentivam a educação técnica e superior, bem como a criação de incentivos para empresas contratarem trabalhadores de baixa renda, contribuem significativamente para a melhoria das condições socioeconômicas.

Outro aspecto crucial no combate à fome e à insegurança alimentar é o fortalecimento da produção e distribuição de alimentos. A implementação de políticas agrícolas voltadas para pequenos produtores, o incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis na agricultura e a criação de estoques reguladores de

alimentos são estratégias que ajudam a garantir o abastecimento e a estabilização dos preços dos produtos básicos. Além disso, programas de alimentação escolar e bancos de alimentos desempenham um papel importante na redução da fome, garantindo que populações em situação de vulnerabilidade tenham acesso a refeições nutritivas.

O desenvolvimento sustentável é uma estratégia essencial para garantir que a erradicação da pobreza e da fome seja duradoura. A degradação ambiental, as mudanças climáticas e a exploração descontrolada de recursos naturais afetam diretamente a segurança alimentar e a economia de países em desenvolvimento. Investimentos em práticas agrícolas sustentáveis, energias renováveis e conservação ambiental são fundamentais para assegurar que as gerações futuras tenham acesso a recursos essenciais. Além disso, a implementação de políticas de adaptação às mudanças climáticas ajuda a proteger comunidades vulneráveis contra desastres naturais e crises ambientais que possam comprometer sua subsistência.

A promoção da inclusão social e econômica é outro fator essencial para reduzir a desigualdade e garantir que todas as camadas da sociedade tenham acesso a oportunidades. Políticas de equidade de gênero, combate à discriminação racial e inclusão de grupos historicamente marginalizados no mercado de trabalho são medidas que fortalecem o desenvolvimento social e econômico. Além disso, investimentos em infraestrutura, como saneamento básico, acesso à água potável e transporte público, são fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as disparidades entre diferentes regiões.

Por fim, a erradicação da pobreza e da fome requer uma abordagem global e colaborativa. Organizações como a ONU, o Banco Mundial e o Programa Mundial de Alimentos desempenham um papel fundamental na coordenação de esforços internacionais para mitigar esses problemas. A cooperação entre países, o compartilhamento de boas práticas e o financiamento de projetos de desenvolvimento são estratégias indispensáveis para garantir avanços significativos nessa área.

Embora o combate à pobreza e à fome seja um desafio complexo, os avanços já alcançados demonstram que é possível reduzir significativamente esses problemas por meio de políticas eficazes e investimentos em áreas estratégicas. A continuidade dessas iniciativas e o compromisso global com a erradicação da pobreza extrema são essenciais para garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.

MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho é um conceito dinâmico e em constante transformação, influenciado por fatores econômicos, tecnológicos, sociais e culturais. Ao longo da história, as relações de trabalho evoluíram significativamente, passando de um modelo predominantemente agrário para sociedades industrializadas e, mais recentemente, para uma economia baseada no conhecimento e na tecnologia. Atualmente, o mercado de trabalho é caracterizado por rápidas mudanças, impulsionadas pela globalização, pela automação e pela digitalização, exigindo que trabalhadores e empresas se adaptem constantemente a novas demandas e realidades.

A forma como o trabalho é organizado e as expectativas sobre carreiras e profissões também sofreram modificações significativas. No passado, a estabilidade em um único emprego ao longo da vida era uma característica desejável, enquanto hoje a flexibilidade e a capacidade de aprendizado contínuo são fatores essenciais para a empregabilidade. Além disso, as relações de trabalho passaram por mudanças importantes, incluindo a ampliação do trabalho remoto, o crescimento da economia gig (trabalho sob demanda) e a valorização de habilidades socioemocionais.

Outro aspecto central do mundo do trabalho é a relação entre qualificação profissional e oportunidades de inserção no mercado. A exigência por capacitação técnica e formação acadêmica tornou-se cada vez mais relevante, ao mesmo tempo em que surgem novas profissões e funções antes inexistentes. O avanço tecnológico e a automação, embora proporcionem maior eficiência, também levantam desafios relacionados à substituição de empregos tradicionais por máquinas e inteligência artificial, tornando essencial a adaptação da força de trabalho.

Compreender as mudanças no mundo do trabalho é fundamental para indivíduos, empresas e governos, pois impactam diretamente a economia, a produtividade e o bem-estar social. Ao longo deste estudo, serão exploradas as transformações do mercado de trabalho, os desafios enfrentados pelos trabalhadores e as estratégias para adaptação e crescimento profissional em um cenário em constante evolução.

Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho

O mundo do trabalho passou por diversas transformações ao longo da história, impulsionadas pelo avanço tecnológico, pela globalização e pelas mudanças nas relações sociais e econômicas. Se antes o trabalho era caracterizado por estruturas rígidas e carreiras lineares, hoje há uma maior diversidade de formatos de emprego, novas exigências de qualificação e um ambiente de alta competitividade. Essas mudanças trazem oportunidades, mas também desafios significativos para trabalhadores, empresas e governos.

Uma das transformações mais marcantes no mercado de trabalho é a digitalização e a automação de processos produtivos. O desenvolvimento de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, robótica e big data, tem impactado praticamente todos os setores da economia, tornando muitos processos mais eficientes e reduzindo a necessidade de mão de obra em algumas áreas. Profissões tradicionais têm sido substituídas ou reformuladas, exigindo que os trabalhadores desenvolvam novas habilidades para se manterem competitivos. Ao mesmo tempo, o avanço tecnológico cria novas oportunidades, gerando empregos em setores como ciência de dados, desenvolvimento de software, marketing digital e engenharia da computação.

A globalização também teve um papel fundamental na redefinição do mundo do trabalho. Com a expansão das cadeias produtivas internacionais, muitas empresas passaram a terceirizar serviços para diferentes países, reduzindo custos e aumentando a competitividade. Esse fenômeno levou ao crescimento de empregos remotos e à necessidade de domínio de idiomas e competências interculturais para atuar em um ambiente globalizado. No entanto, a globalização também gerou desafios, como a precarização de alguns empregos e a concentração de renda em determinados setores, ampliando desigualdades socioeconômicas.

Outro fator que tem influenciado profundamente o mercado de trabalho é a ascensão da chamada “economia gig”, caracterizada pelo trabalho sob demanda, temporário ou freelance. Plataformas digitais como Uber, Airbnb e aplicativos de entrega transformaram a forma como muitas pessoas trabalham, oferecendo flexibilidade e autonomia. No entanto, essa nova dinâmica levanta questões sobre a falta de proteção social, a ausência de benefícios tradicionais, como aposentadoria e seguro-saúde, e a instabilidade financeira dos trabalhadores que dependem desse tipo de ocupação.

Além das mudanças estruturais, há uma crescente valorização das chamadas soft skills, ou habilidades socioemocionais. Se antes o foco estava apenas em conhecimentos técnicos, hoje as empresas buscam profissionais que demonstrem habilidades como pensamento crítico, inteligência emocional, comunicação eficaz e capacidade de trabalho em equipe. Em um ambiente dinâmico e em constante evolução, a adaptabilidade tornou-se uma das competências mais valorizadas, pois permite que os trabalhadores lidem melhor com mudanças e desafios inesperados.

A relação entre empregadores e empregados também tem se modificado. Com a crescente adoção do trabalho remoto e híbrido, as empresas precisam encontrar formas de manter a produtividade e o engajamento dos funcionários, ao mesmo tempo em que oferecem maior flexibilidade. Modelos tradicionais de gestão, baseados no controle rígido da jornada de trabalho, estão sendo substituídos por abordagens focadas na entrega de resultados e na qualidade do desempenho. Essa transformação trouxe benefícios, como a redução do tempo de deslocamento e maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional, mas também desafios, como a dificuldade de estabelecer limites entre o tempo de trabalho e o descanso.

Outro grande desafio no mundo do trabalho é a inclusão e a diversidade no ambiente corporativo. As discussões sobre equidade de gênero, representatividade racial e acessibilidade para pessoas com deficiência tornaram-se cada vez mais presentes, e muitas empresas têm implementado políticas para garantir ambientes de trabalho mais inclusivos. No entanto, ainda há barreiras significativas a serem superadas, especialmente em setores historicamente dominados por grupos específicos.

Diante dessas transformações e desafios, trabalhadores e empresas precisam adotar estratégias de adaptação para garantir a sustentabilidade de suas carreiras e negócios. O desenvolvimento contínuo de competências, a busca por inovação e a capacidade de se reinventar são elementos essenciais para prosperar em um cenário em constante mudança. No próximo tópico, serão abordadas as principais estratégias e tendências para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e aproveitar as oportunidades criadas por essas transformações.

Estratégias e Tendências para a Adaptação no Mundo do Trabalho

Diante das transformações e desafios do mundo do trabalho, tanto profissionais quanto empresas precisam adotar estratégias eficazes para se manterem competitivos e preparados para as exigências do mercado. O avanço tecnológico, a globalização, a economia digital e as novas dinâmicas de emprego exigem uma mentalidade de adaptação contínua, onde a atualização de habilidades e o desenvolvimento de novas competências se tornam fundamentais para garantir empregabilidade e

crescimento profissional. Além disso, a capacidade de inovar, a busca por modelos de trabalho mais flexíveis e a valorização do bem-estar dos trabalhadores são tendências que moldam o futuro do trabalho.

Uma das estratégias mais importantes para os profissionais no cenário atual é o aprendizado contínuo. O conceito de lifelong learning (aprendizado ao longo da vida) tornou-se essencial, pois as profissões e habilidades exigidas pelo mercado estão em constante evolução. A qualificação não se limita mais à educação formal, mas também inclui cursos online, certificações específicas, participação em workshops e treinamentos corporativos. O desenvolvimento de competências digitais é um diferencial cada vez mais relevante, visto que a tecnologia permeia todas as áreas profissionais.

Além das habilidades técnicas, as soft skills continuam sendo um fator determinante para o sucesso profissional. A capacidade de comunicação, o pensamento crítico, a resiliência e a inteligência emocional são características altamente valorizadas por empregadores, pois ajudam os profissionais a lidar melhor com mudanças, resolver problemas e interagir de maneira eficaz com equipes multidisciplinares. A colaboração e a adaptabilidade são especialmente importantes em um mundo do trabalho onde a inovação e a criatividade são essenciais para a solução de desafios complexos.

Outra tendência que tem se consolidado é a flexibilização das jornadas de trabalho. O modelo tradicional de expediente fixo em escritórios está sendo substituído por formatos híbridos e remotos, permitindo maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Empresas que adotam esse tipo de flexibilização observam benefícios como aumento da produtividade, redução de custos operacionais e maior satisfação dos funcionários. No entanto, para que essa transição seja bem-sucedida, é necessário estabelecer políticas claras de gestão do tempo, comunicação eficiente e definição de metas e resultados.

O crescimento da economia digital e do trabalho autônomo também abre novas possibilidades para profissionais que buscam independência e flexibilidade. A expansão do trabalho freelancer, startups e empreendedorismo digital permite que indivíduos explorem diferentes fontes de renda e diversifiquem suas atividades profissionais. Plataformas online possibilitam a conexão entre empresas e trabalhadores autônomos de diversas partes do mundo, ampliando oportunidades de negócios. No entanto, esse modelo também exige uma postura mais estratégica por parte dos profissionais, que precisam desenvolver habilidades de autogestão, marketing pessoal e planejamento financeiro para garantir estabilidade.

Para as empresas, a inovação e a transformação digital são fatores-chave para se manterem competitivas no mercado. Investir em tecnologias emergentes, automação e inteligência artificial não apenas melhora a eficiência operacional, mas também cria novos modelos de negócio e amplia o alcance das organizações. Além disso, a valorização da diversidade e inclusão nas equipes tem se mostrado uma estratégia eficaz para fomentar ambientes mais criativos e produtivos. Empresas que promovem diversidade cultural, equidade de gênero e acessibilidade tendem a apresentar melhores resultados e maior engajamento dos funcionários.

Outra tendência importante é a valorização do bem-estar no ambiente de trabalho. O conceito de employee experience (experiência do funcionário) tem ganhado destaque, com

LEGISLAÇÃO

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

Apenas uma recomendação à ética e integridade não seriam suficientes para que o setor público fosse de fato permeado por um comportamento de fato ético em toda sua extensão. Sendo assim, a postura ética dentro da função pública visa a obediência à uma série de regras estabelecidas em códigos de conduta por lei, como é o caso do Decreto de número 1.171, o código de ética do servidor público.

Um código de ética pode ser definido como um documento composto por regras sobre o tipo de comportamento que se é esperado de um grupo ou de um indivíduo, regido por valores e princípios morais aceitos pela sociedade como um todo. Em códigos de conduta e ética podemos observar regras que de enquadram como deveres e princípios (deontologia), assim como proibições ou vedações, que é o caso para os servidores públicos.

Confira a seguir texto de lei referente ao Decreto nº 1.171:

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e ainda tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição, bem como nos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

IV - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

SEÇÃO II

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

a) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;

b) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, dando fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;

c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;

d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;

e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

l) ser assíduo e freqüente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

m) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

n) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

r) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.

s) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.

**SEÇÃO III
DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO**

XV - E vedado ao servidor público;

a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;

c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

d) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;

f) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;

g) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

h) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

i) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

j) desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

l) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

m) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

n) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente;

o) dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;

p) exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso. (...)

Além dos tópicos que dizem respeito ao comportamento dos indivíduos que trabalham no setor público, o decreto também estabelece a necessidade de comissões de ética (grupos de pessoas que se reúnem a fim de estudar, debater ou analisar situações), compostas por funcionários públicos de cada órgão, para orientar e propor sugestões sobre a postura ética dos funcionários.

Confira um trecho do decreto sobre comissões:

Inciso XVI

Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada

de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

(...)

**CAPÍTULO II
DAS COMISSÕES DE ÉTICA**

XVI - Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

XVII — (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XVIII - À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

XIX - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XX - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXI - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

XXIII - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXIV - Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

XXV - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES**LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992**

Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha

a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADI 7236)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 4º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 5º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 6º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 8º-A A responsabilidade sucessória de que trata o art. 8º desta Lei aplica-se também na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente de Apoio ao Docente

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*)

Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V - o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

§ 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

§ 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Art. 12. Cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

Art. 13. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 1/99.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN), publicadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013, constituem um documento fundamental para orientar a organização, desenvolvimento e avaliação da educação básica no Brasil. Elaboradas pela Secretaria de Educação Básica (SEB), as diretrizes buscam estabelecer princípios e parâmetros que assegurem a qualidade e a equidade na oferta educacional em todo o território nacional.

Conceito e Finalidade das Diretrizes

As DCNs funcionam como um referencial normativo que orienta a elaboração e implementação dos currículos nos diferentes sistemas e instituições de ensino. Seu objetivo central é garantir uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, que respeite as especificidades regionais e culturais do país, além de contribuir para a formação integral do indivíduo.

As diretrizes definem a educação básica como o conjunto articulado de etapas e modalidades de ensino que abrange:

- Educação Infantil,
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), e
- Ensino Médio.

Além disso, o documento reforça a articulação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação especial, a educação indígena e outras modalidades.

Princípios da Educação Básica

As DCNs estão fundamentadas em princípios que visam assegurar uma educação democrática e inclusiva, tais como:

- Igualdade de condições de acesso e permanência na escola.
 - Qualidade na oferta educacional, com foco na aprendizagem significativa.
 - Liberdade e pluralidade, garantindo respeito às diferenças culturais, regionais, étnicas e de gênero.
 - Gestão democrática, com participação da comunidade escolar na tomada de decisões.
 - Articulação entre educação, trabalho e cidadania, promovendo uma formação integral e crítica.
- Esses princípios reforçam o compromisso com o desenvolvimento humano, social e econômico, além de preparar o estudante para a vida em sociedade.

Organização dos Níveis e Modalidades da Educação Básica

As diretrizes detalham a estrutura da educação básica, enfatizando as suas diferentes etapas:

Educação Infantil

Atende crianças de 0 a 5 anos, dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). O foco é no desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, por meio de experiências lúdicas e significativas.

Ensino Fundamental

Organizado em dois ciclos:

- Anos iniciais: 1º ao 5º ano (alfabetização e letramento como bases fundamentais).
- Anos finais: 6º ao 9º ano (aprofundamento em áreas do conhecimento).

Ensino Médio

Consolidado como a etapa final da educação básica, deve articular formação geral e preparação para o mundo do trabalho, além de possibilitar o ingresso no ensino superior.

Modalidades Complementares

Além dos níveis regulares, as DCNs abrangem:

- Educação Especial (inclusiva e transversal).
- Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Educação do Campo, indígena e quilombola.

Articulação com Políticas Públicas e Direitos Fundamentais

As DCNs reforçam a necessidade de alinhamento com as políticas públicas educacionais, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e outras estratégias nacionais.

O documento também está embasado nos Direitos Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, como o direito à educação, à igualdade e ao pleno desenvolvimento da pessoa humana.

Há um foco especial em garantir:

- Acesso universal à escola.
- Permanência com qualidade.
- Redução das desigualdades educacionais.

Orientações Pedagógicas e Avaliação

A proposta pedagógica da educação básica deve considerar a interdisciplinaridade, a contextualização e a formação integral. As DCNs orientam que o currículo deve estar em constante diálogo com os contextos sociais e culturais dos alunos.

A avaliação da aprendizagem é destacada como uma prática contínua, cumulativa e diagnóstica, cujo foco principal é identificar as necessidades dos estudantes e garantir o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Visto a importância das leis indicadas, lá você acompanha melhor quaisquer atualizações que surgirem depois da publicação da apostila.

Se preferir, indicamos também acesso direto ao arquivo pelo link a seguir: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O processo de ensino-aprendizagem na infância é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. A interação entre o ambiente escolar, a mediação do professor e as experiências vivenciadas pela criança são determinantes para a construção do conhecimento.

► Teorias do Desenvolvimento Infantil e sua Relação com a Aprendizagem

A compreensão do desenvolvimento infantil é essencial para a elaboração de práticas pedagógicas eficazes. Diversos teóricos contribuíram para essa área, destacando-se Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon.

Teoria Cognitivista de Piaget:

Jean Piaget propôs que o desenvolvimento da criança ocorre por meio de estágios, nos quais ela constrói o conhecimento de forma ativa. Esses estágios são sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. O professor deve respeitar esses períodos e propor atividades que estimulem o raciocínio lógico e a resolução de problemas.

Teoria Sociocultural de Vygotsky:

Lev Vygotsky enfatizou a influência do meio social e da linguagem no desenvolvimento da criança. Para ele, a aprendizagem ocorre primeiro no nível social, por meio da interação com os outros, e depois no nível individual. Conceitos como a zona de desenvolvimento proximal e a mediação do professor são essenciais para a prática pedagógica.

Teoria Psicogenética de Wallon:

Henri Wallon destacou a relação entre emoção, cognição e motricidade no desenvolvimento infantil. Ele defendeu que o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas sim em um contexto que envolve a afetividade e a interação social.

► Métodos de Ensino e Abordagens Pedagógicas

A escolha dos métodos de ensino influencia diretamente a aprendizagem da criança. Diferentes abordagens pedagógicas podem ser aplicadas de acordo com os objetivos educacionais e as características da faixa etária.

Aprendizagem Ativa:

A aprendizagem ativa envolve a participação ativa da criança no processo educativo. Estratégias como a experimentação, resolução de problemas e projetos interdisciplinares favorecem o engajamento e a construção do conhecimento de forma significativa.

Ensino Lúdico:

O uso do lúdico na educação infantil estimula a criatividade, a socialização e a aprendizagem. Jogos, brincadeiras e atividades artísticas promovem um ambiente agradável e facilitam a assimilação dos conteúdos.

Metodologias Baseadas na Colaboração:

A aprendizagem cooperativa e a pedagogia de projetos são exemplos de abordagens que incentivam a colaboração entre os alunos. O trabalho em equipe permite que a criança desenvolva habilidades socioemocionais e aprimore sua compreensão dos conteúdos.

► O Papel do Professor no Processo de Ensino-Aprendizagem

O professor desempenha um papel fundamental na mediação do conhecimento e na criação de um ambiente favorável ao aprendizado.

Mediação e Intervenção Pedagógica:

A atuação do professor como mediador da aprendizagem implica observar as necessidades dos alunos e propor estratégias adequadas para cada situação. A personalização do ensino, levando em conta as diferenças individuais, contribui para um aprendizado mais eficaz.

Estímulo à Autonomia e ao Pensamento Crítico:

O professor deve incentivar a autonomia da criança, promovendo questionamentos e atividades que desenvolvam o pensamento crítico. Isso pode ser feito por meio de desafios, debates e situações-problema.